

--- Aos trinta dias do mês de Abril do ano de dois mil e sete, pelas vinte e uma horas e quinze minutos, no Edifício da Auditório da Casa da Música, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

--- Ponto número um – Período antes da ordem do dia;-----

--- Ponto número dois – Apreciação e eventual aprovação dos Mapas de Prestação de Contas do ano de dois mil e seis da Câmara Municipal de Óbidos;-----

--- Ponto número três – Apreciação e eventual aprovação do Relatório de Gestão e Contas do ano de dois mil e seis da Óbidos Patrimonium EM;-----

--- Ponto número quatro – Apreciação e eventual aprovação do Relatório de Gestão e Contas do ano de dois mil e seis da Óbidos Requalifica EM;-----

--- Ponto número cinco – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Tarifário de RSU para dois mil e sete;-----

--- Ponto número seis – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Alteração do Programa Férias Activas dois mil e sete;-----

--- Ponto número sete – Apreciação e eventual aprovação da Proposta Sexta Alteração ao Regulamento Municipal do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação;-----

--- Ponto número oito – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Concurso Público Internacional – Prestação de Serviços de Recolha e Transporte de RSU no Concelho de Óbidos;-----

--- Ponto número nove – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da actividade do Município, de acordo com a alínea e) do número um do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove, barra noventa e nove de dezoito de Setembro, com a redacção dada pela Lei número cinco A, barra, dois mil e dois de onze de Janeiro;-----

--- Ponto número dez – Período fora da ordem do dia.-----

--- Tendo-se procedido à chamada, verificou-se a ausência dos Senhores Deputados Feliciano José Barreiras Duarte, Sérgio Cláudio Correia Félix e Augusto Rolim Rosa e da Senhora Deputada Maria Cristina Fernandes Rodrigues.-----

--- Como faltou o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, a mesma ficou constituída, nos termos do Regimento, pelo Senhor Deputado Frederico Manuel de Sousa Garcia, Primeiro Secretário, que presidiu aos trabalhos e pelo Senhor Deputado Floriano Rodrigues Almeida, Segundo Secretário.-----

--- Como havia quórum, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início aos trabalhos, tendo posto à votação a acta número um, referente à sessão de vinte e oito de Fevereiro do corrente ano, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal leu a correspondência recebida, que foi a seguinte: Justificação de falta da Senhora Deputada Cristina Rodrigues à presente sessão; Justificação de falta do Senhor Deputado Vítor Pedras à sessão de vinte e oito de Fevereiro do corrente ano; Informação da Câmara Municipal de Óbidos, remetendo listagem de processos judiciais pendentes; Carta do Centro Social Cultural e Recreativo da Amoreira, convidando para as comemorações do vigésimo quinto aniversário do Centro; Ofício número dois mil seiscentos e oitenta e sete da Câmara Municipal de Óbidos, convidando para o primeiro Seminário Internacional de Educação; Convite do Governo Civil de Leiria para apresentação do Dispositivo Operacional de Combate aos incêndios florestais; Ofício número cinco mil trezentos e sessenta e oito da Administração Regional de Saúde do Centro, acusando recepção de moção sobre o encerramento do serviço de urgências do Hospital de Peniche; Ofício número dois mil quinhentos e vinte e seis da Câmara Municipal de Peniche, acusando recepção de moção sobre o encerramento do serviço de urgências do Hospital de Peniche e ofício número trinta e três da Associação Nacional de Municípios Portugueses sobre o encerramento dos serviços de apoio permanentes dos Centros de Saúde, Reestruturação da Rede de Urgências. Esta correspondência foi posta à disposição dos Senhores Deputados. O Senhor Deputado João Lourenço agradeceu o envio da listagem dos processos judiciais pendentes.-----

--- PONTO NÚMERO UM – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: - O Senhor Deputado Albino Sousa alertou para a realização do Congresso do Oeste – Grandes Desafios para dois mil e sete, dois mil e treze, que se vai realizar em Alcobaça. Considera este congresso muito importante para a Região e solicitou a presença de todos no mesmo. A Senhora Deputada Anabela Corado disse que a nova estrada dos Casais da Areia já está concluída, mas não tem um caminho pedonal para as pessoas darem um passeio a pé ou de bicicleta até à barragem. É uma pena ter ficado sem esse caminho e sem sítio para as pessoas pararem os carros. Solicitou à Câmara Municipal o seu empenho, no sentido de que o caminho pedonal possa ser uma realidade. O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal disse que no dia onze de Abril do corrente ano esteve no Governo Civil de Leiria em representação da Assembleia Municipal, numa reunião com o Senhor Governador. Essa reunião foi acerca do Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos que se realizará durante o decorrer do presente ano. A falta de igualdade de oportunidades e a discriminação é enorme, atinge toda a gente e todos os estratos sociais e não é aquela discriminação que conhecemos da raça, do sexo e da religião, é muito mais que isso. A sociedade moderna leva-nos a pontos tais que as pessoas de idade mais avançada não podem acompanhar. O Senhor Governador Civil propôs que se dinamize este tema em cada Concelho. Gostaria que a

Assembleia Municipal escolhesse e propôs que se criasse uma comissão paritária, composta por dois membros de cada partido, formando-se uma comissão restrita, que em conjunto com o CIS – Centro de Intervenção Social da Câmara Municipal, elencasse o que se poderia fazer durante este ano em Óbidos. O Senhor Deputado João Lourenço disse que concorda inteiramente com a sugestão apresentada e que indicaria posteriormente os membros do PS. O Senhor Deputado Albino Sousa disse que também concorda, indicando posteriormente os membros do PSD. O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal disse que quando os Grupos Municipais indicassem as pessoas, coordenava, até chegar ao CIS.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal informou que a Câmara Municipal solicitou a inclusão de um novo ponto na Ordem de Trabalhos, a saber: - Apreciação e eventual aprovação do Protocolo de Cooperação entre o Município de Óbidos e a Associação de Produtores de Maçã de Alcobaça. O Senhor Vereador Humberto Marques disse que é um protocolo cujo objecto é a distribuição de fruta a todas as escolas, dois dias por semana, associada a uma campanha de sensibilização, de informação e de educação às crianças, mostrando os benefícios do consumo da maçã para a saúde e mostrando, numa outra vertente, sustentada pela Fundação de Cardiologia, os benefícios da maçã com casca. Posta à votação a inclusão do novo ponto na Ordem de Trabalhos, foi a mesma aprovada por unanimidade, passando a ser o ponto número nove da Ordem de Trabalhos. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PUNTO NÚMERO DOIS – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DOS MAPAS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE DOIS MIL E SEIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÓBIDOS: -

Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número dois mil quinhentos e oitenta e seis, de dezassete de Abril do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, os Mapas de Prestação de Contas do ano de dois mil e seis da Câmara Municipal de Óbidos, O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que o seu Grupo Municipal tem algumas considerações a fazer, relativamente às contas de dois mil e seis, sendo que o Grupo Municipal do PS, faz uma destrição entre a avaliação política do orçamento que está na base da apresentação desta conta e a apresentação da conta propriamente dita. Disse que o Grupo Municipal do PS, a exemplo do que fez no ano transacto, vai aprovar a conta com a sua votação favorável, Isto porque se, no caso do orçamento Municipal, é o momento de discutir estratégias e políticas, relativamente à apresentação da conta julga que o que deve estar fundamentalmente em causa é a avaliação da situação financeira do Município e esse apresenta quanto aos parâmetros mais pertinentes e de acordo com as contas apresentadas pelo Executivo Municipal, valores que considera equilibrados e outro voto não deveria merecer por parte do Grupo Municipal do PS que não fosse aprovar

a conta relativa a dois mil e seis. O Município continua a apresentar contas sustentadas e equilibradas na comparação da receita com a despesa. O Município continua a não recorrer ao crédito bancário e continua a apresentar valores equilibrados, designadamente para factores como a despesa com o pessoal. A avaliação global da conta que é apresentada, apesar de ter subjacentes políticas ou estratégicas que já teve oportunidade de censurar aquando da aprovação do orçamento, parece-lhe que podem contar com um voto favorável por parte do seu Grupo Municipal. Disse que é preciso apresentar, e é isso que se propõe fazer, algumas críticas mais concretas relativamente à análise da panóplia de documentos que foram disponibilizados pelo Executivo Camarário. Criticou a necessidade que o Executivo tem de, ao longo do ano, promover um conjunto, que considera exagerado, de alterações e rectificações ao documento inicial. Já no ano passado o Grupo Municipal do PS tinha dito que o orçamento é apenas uma previsão de receitas e despesas. Ao longo de um ano muita coisa pode acontecer, mas a verdade é que mesmo acontecendo muita coisa, continua a parecer ao Grupo Municipal que há um retalhar do documento orçamental ao longo do ano, tornando mais difícil a apreciação das contas. O relatório tem uma tendência para considerar que a receita Municipal continua a ser substancial e a ser objecto de grandes elogios. Já o ano passado o Partido Socialista tinha alertado que se efectivamente há um crescendo relativamente à receita que é arrecadada, também é verdade que a despesa corrente mais que duplicou entre dois mil e um e dois mil e seis. Por outro lado, ainda no âmbito da despesa e apesar do Grupo Municipal do PS acompanhar com algum interesse as crescentes transferências de competências que são feitas do Município para as Empresas Municipais e também para as Juntas de Freguesia, a verdade é que em dois mil e seis há, em relação a dois mil e cinco, um aumento da despesa com pessoal, que vem referido no relatório de gestão, na ordem dos duzentos e noventa mil euros, e isso pode, caso a situação não seja devidamente justificada ou enquadrada, parecer um tanto ou quanto contraditório. Analisada a conta por uma lógica mais orgânica, constata-se que a despesa com as chamadas funções sociais da Autarquia, educação, acção social e cultura é apenas onze por cento do total da despesa. Curiosamente o mesmo montante percentual que em dois mil e seis a Autarquia gastou com o turismo, água, luz, informática e telecomunicações. Parece algo estranho a despesa de onze por cento aplicada às funções sociais da Autarquia, em contraponto com o mesmo montante que é gasto no turismo, água, luz, informática e telecomunicações. Analisando com maior detalhe as contas verifica-se algumas situações que o Grupo Municipal do PS gostaria de classificar como, no mínimo, de algo criticáveis, principalmente se para as mesmas não existirem as devidas justificações. Em educação a Câmara Municipal apenas executou cerca de dezasseis por cento da verba inicialmente

orçamentada para gastar em construção de escolas e sua conservação e gastou apenas seis por cento do orçamentado para a rede municipal de creches. Em saúde a Câmara Municipal apenas gastou cerca de quarenta e cinco por cento do inicialmente orçamentado e no desenvolvimento do projecto saúde melhor lançado em Janeiro de dois mil e cinco, dos vinte e dois mil e quinhentos euros orçamentados, apenas se gastaram mil quatrocentos e sessenta euros. No projecto melhor idade dos cerca de oito mil euros inicialmente previstos, apenas se gastaram mil trezentos e cinquenta e nove euros, em habitação social não se gastou qualquer dinheiro do valor orçamentado. No ordenamento do território, uma área que deveria ter sido transferida para a Óbidos Requalifica, dos cerca de dois milhões e oitocentos mil euros orçamentados, apenas se gastaram trinta e dois por cento e em requalificação urbana não se gastou nenhum dinheiro em dois mil e seis. Os centros de interpretação ambiental tiveram uma execução de zero por cento. No desporto e tempos livres tiveram uma execução da despesa na ordem dos treze por cento. No desenvolvimento rural, projectos que consideram essenciais para o Concelho, dos cento e cinquenta mil euros inscritos no orçamento, não se gastou nem um euro. Curiosamente, na promoção turística do Concelho, a contenção não foi tão expressiva, já que dos sessenta e cinco mil euros orçamentados, gastou-se a quase totalidade do dinheiro, sendo esta uma das fortes actividades da Empresa Óbidos Patrimonium. Da verba que deveria ter sido entregue às Freguesias, o reforço previsto no orçamento não foi utilizado. Da rubrica ensino superior, dos vinte mil euros inicialmente orçamentados, nada foi executado. Tal como aconteceu o ano passado, que se analisa a conta na perspectiva das rectificações feitas à despesa, verifica-se que continuam a existir valores muito significativos que são introduzidos em rubricas classificadas como outras, sem que se percebam com rigor quais são as rubricas onde esse dinheiro irá ser gasto. As rubricas “outras”, são rubricas que constam do plano de contabilidade, pelo que não está a dizer que foi inventado, mas nota-se claramente nas rubricas identificadas como “outras” que se torna muito mais difícil a apreciação para quem está a analisar a conta, existindo registos de rectificação do valor inicialmente orçamentado que são significativos. Há reforços na despesa que considera intrigantes, como por exemplo a despesa com prémios e condecorações que tinha uma verba inicial prevista de cerca de vinte sete mil euros e passou para quase cem mil euros e a rubrica pareceres, gestão, estudos e consultadoria, que teve um reforço a meio do ano de mais cerca de duzentos mil euros, o mesmo reforço que também foi inscrito na rubrica pagamentos, contratos programa com as empresas municipais. Por último, registou a evolução de dívidas a terceiros, que não pára de crescer desde dois mil e um. O Senhor Deputado José Oliveira disse que, em relação à análise feita às peças apresentadas pelo Município, começa por agradecer e dar os parabéns à

forma de gestão da Câmara Municipal e aos seus colaboradores pela forma minuciosa como apresentaram os mapas e demais documentos referentes às contas do exercício de dois mil e seis. Na demonstração de resultados destacou os resultados operacionais, que são aqueles que demonstram a capacidade de qualquer instituição, ou empresa, de criar riqueza. É na actividade normal de uma empresa, de um Município ou de uma qualquer instituição e nos resultados operacionais que conseguimos ver se se consegue, ou não, criar riqueza. Com estes resultados o Município continua a criar capacidade de viver sem depender de qualquer outro, ou seja, se analisarmos os resultados e se verificarmos os subsídios e transferências, tendo alertado para uma diminuição nessa rubrica e gostava de saber se essa diminuição tinha a ver com os atrasos que houve no terceiro quadro comunitário de apoio, verifica-se que a Câmara Municipal está a oitocentos mil euros de ser totalmente independente, ou seja, não precisa de mais ninguém para ser autónoma e conseguir gerir o Município sem transferências, as quais são sempre bem vindas, mas se nesse montante existirem também subsídios, gostava de saber qual era o seu montante para ver se sem transferências conseguimos viver no Concelho de Óbidos. Destacou os encargos financeiros que são significativos, são cento e doze mil euros. A médio e longo prazo existe uma dívida do Município que era de cerca de três milhões e duzentos mil euros no ano de dois mil e cinco e que baixaram para três milhões cento e nove mil euros em dois mil e seis. O Município está a baixar as suas dívidas a médio e longo prazo, dívidas que foram herdadas, na ordem dos trezentos mil euros por ano mais cem mil euros de juros. Se multiplicarmos isto por cinco anos verificamos que isto é um montante na ordem dos dois milhões de euros. Se à dívida a terceiros tirarmos estes dois milhões de euros, verificamos que a dívida diminuiu e muito. Em relação às transferências e subsídios agradecia que lhe dessem alguma explicação, no sentido de saber se tem a ver com transferências ou com subsídios. Verifica-se também aumento do activo líquido no valor de cerca de quatro milhões de euros, ou seja, verifica-se que as dívidas a terceiros, e a maior parte tem a ver com imobilizado, subiram na sua totalidade cerca de cento e cinquenta mil euros, enquanto o valor do imobilizado subiu quatro milhões de euros. O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por agradecer os votos de confiança dados pelos Grupos Municipais. É importante sentir que da parte da chamada oposição existe a capacidade de reconhecer e para poder olhar para estas questões financeiras com tranquilidade. Existe a noção de como estão as contas do poder e quem tem a capacidade e a experiência de acompanhar mais de perto, tem obviamente uma noção e uma leitura diferente do que aquela que alguém faria se não tivesse o espectro de muitas das contas das finanças municipais. Disse que a Assembleia Municipal tem aqui um papel de acompanhamento e de fiscalização. Informou que a Câmara Municipal

tem sido muito fiscalizada, teve uma auditoria feita pelo Tribunal de Contas, que produziu uma primeira parte do seu trabalho instalada no Município no final do ano e no primeiro trimestre deste ano, ainda não conhecem o relatório do Tribunal de Contas, têm uma inspecção da Inspeção-Geral da Administração do Território. Se somarmos à capacidade inspectiva e fiscalizadora da Assembleia Municipal estes dois instrumentos de fiscalização que existem na Administração Central ou em poderes independentes, como é o caso do Tribunal de Contas, está certo que os membros da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal sairão todos bem tranquilos e descansados daquilo que é a realidade do Município, porque não há praticamente nada que não seja visto e revisto havendo uma colaboração. A somarmos a este trabalho de colaboração, que funciona sempre como um extra, porque uma Câmara ou uma organização qualquer tem a sua rotina e depois quando entram actividades que acabam por não acontecer durante essa rotina, exigem muito acompanhamento e colaboração por parte de todos os funcionários, nomeadamente das chefias e das pessoas que tem mais responsabilidade em determinadas áreas do Município. Com toda esta colaboração e fiscalização não há hipótese da Câmara Municipal não ter boas contas, não ter boa saúde financeira e não praticar actos correctos. Em relação às questões levantadas pelo Senhor Deputado Luís Carvalho disse que a algumas delas não consegue dar explicação, pelo que se houver interesse em ter uma informação mais detalhada e mais precisa, solicitará a colaboração da Senhora Doutora Alexandra Almeida, coordenadora do Gabinete de Gestão Financeira para poder ser elucidado sobre as mesmas. Disse que se a despesa corrente duplicou desde dois mil e um a receita triplicou. As receitas de sete, oito milhões de euros, dispararam para quase vinte milhões de euros e se somarmos as receitas da Câmara Municipal com as das Empresas Municipais, temos uma perspectiva de praticamente o triplo daquilo que era a Câmara Municipal em dois mil e um. É obrigatório e tecnicamente natural que haja um aumento da despesa seja a que nível for. Queremos uma receita para produzir uma despesa. O fim da Câmara Municipal é prestar serviços, realizar obras e fazer despesa. Em relação a dois mil e cinco há uma diferença de aumento nas despesas com pessoal em valores que tecnicamente se percebem logo, como seja Caixa de Aposentações e o aumento legal dado aos funcionários públicos, fazendo logo disparar o total da despesa. Houve também a chegada de novos funcionários ao Município para cumprir as competências que o Governo Central não consegue cumprir no nosso território, como a educação e acção social. O Município tem dezanove programas sociais na rua, tem dezanove estratégias de actuação. Para se fazer uma avaliação política do que se faz na área social não é através da conta de gerência, porque não têm informação de todas as formas de classificação de como se gere o dinheiro na área social. Existe

uma cultura de contratualização e responsabilização através das IPSS, Colectividades e Juntas de Freguesia que hoje estão a desenvolver trabalho, e quando olhamos para as rubricas de determinados tipos de transferências, não vemos lá quanto dinheiro é que é, mas se formos ver os protocolos assinados e se formos ver que tipo de relação existe com o País, sabemos o que é que sobra na acção social, é uma IPSS e sabemos que esse tipo de apoios têm despesa, e essa despesa não é classificada numa rubrica ou na outra. Há aqui diversas maneiras de apanhar e depois ficam com as percentagens em termos de execução financeira mais diminuídas. Se meterem as IPSS a assumirem responsabilidades nos protocolos aprovados na Assembleia Municipal, não podem depois estarem a aumentá-los naquilo que é o acordo da Câmara Municipal nesse tipo de despesa. Abriram-se as piscinas municipais em Setembro de dois mil e cinco, pelo que é natural que em dois mil e seis a despesa com pessoal seja maior, e é um equipamento que é usado durante todo o dia e também de noite. A despesa social não sai toda pela mesma rubrica, há outras componentes que são apoiadas e portanto cumprem o desiderato da despesa social. As dívidas a terceiros são dívidas a curto prazo e não param de crescer se forem comparadas com os valores absolutos. As dívidas têm vindo sempre a descer quanto ao seu peso no total da despesa, a percentagem das dívidas a terceiros tem sido cada vez menor. A liquidez do Município é muito positiva. O nível de autonomia é muito positivo e é de setenta e oito por cento. Não sabe quantas Autarquias em Portugal conseguem ter este tipo de autonomia, isto é, terem fundos próprios na ordem dos oitenta por cento do total de toda a sua receita. Se perspectivaram dois mil e seis como o pior ano do mandato do ponto de vista da perspectiva financeira, porque é um ano em que tiveram muito poucos apoios financeiros, é um ano em que o mercado deu uma volta e isso reflecte-se muito nas receitas directas e indirectas do Município, porque muitas receitas do Município são geradas pela própria actividade do mercado. Se existe crise as contas públicas são apertadas. Existe também o facto do Município ainda não ter estabilizado as suas receitas próprias no que diz respeito ao IMI. Ainda estão a cobrar IMI sobre os anos de dois mil e quatro e dois mil e cinco. Só em dois mil e oito é que vai estabilizar este nível de receitas locais, embora em dois mil e sete já se comece a ver o efectivo crescimento que se espera destas receitas. Se tiverem mais receitas de IMI e se tiverem o QREN e outros bolos financeiros para disputar, a receita vai crescer nos próximos anos, de modo a que muitas das ambições e das necessidades que as populações têm, possa estar num grande nível de conforto urbano, de apoio aos mais desfavorecidos. É amigo de todos aqueles que têm boas ideias e bons projectos, sejam pequenos, médios ou grandes e se criarem emprego, se forem amigos do ambiente, se protegerem o património, se souberem trazer valor acrescentado e quem vem para aqui criar milhares de empregos, tem

o apoio da Câmara Municipal. Vão ter esse apoio, porque é a obrigação da Câmara, na criação de um tecido social mais equilibrado e na criação no Concelho e na Região Oeste de uma terra de oportunidades. Quem tem um nível de receitas, como a Câmara Municipal tem vindo a ter, pode desenvolver um conjunto de programas sociais, os tais dezanove. Têm baixado as dívidas de médio e longo prazo. Estão a pagar empréstimos contraídos pela Câmara Municipal à muitos anos atrás. Não têm mandado para os futuros Executivos o pagamento da factura de terem realizado obras. Esta é uma Câmara Municipal que não antecipa receitas essenciais ao Município. Esta é uma Câmara Municipal que não faz sociedade de desenvolvimento para fazer obras que custam dez milhões de euros e ao fim de vinte anos ficam a custar vinte milhões. A Assembleia Municipal não se pronuncia sobre empréstimos, porque não os apresentam, mas se para desenvolverem projectos que a Região considerou pioneiros, integrarem um bolo para irem ao Banco Europeu de Investimentos, então estão a fazer uma coisa que o Estado Português está a aconselhar que se faça, mas é algo que não compromete aquilo que é o futuro quer das próximas Administrações Municipais, quer, acima de tudo, das nossas gerações futuras. Este Município deve enriquecer aquilo que puder para fazer duas coisas, distribuir socialmente e ter capacidade de desonerar fiscalmente no futuro empresas e famílias. Quando chegarem a um nível de cobrança de impostos, terão de ter a obrigação de baixar esses mesmos impostos, porque não precisam de ter uma arrecadação tão grande. Fica muito satisfeito, porque estando a Câmara Municipal de Óbidos num momento de grande avaliação e fiscalização, ver que a oposição diz que a avaliação financeira é equilibrada, não têm empréstimos, a despesa com pessoal é baixa. É o reconhecimento de um trabalho que tem vindo a ser desenvolvido. Aceita a crítica das imensas alterações, existindo por parte dos serviços a noção de que esse procedimento tem que ser alterado, não só para melhorar as regras de controlo interno, de práticas de gestão, como também do ponto de vista do próprio cumprimento do orçamento. O orçamento deste ano terá muito menos de metade das alterações. Como este era o pior que perspectivavam até dois mil e nove e passaram no exame das contas, a Assembleia Municipal fica sem saída, porque acha que as coisas vão correr muito melhor. O primeiro trimestre deste ano está a ser de melhor execução dos últimos cinco anos, o que pode fundamentar esses sinais de optimismo. As outras contas vão ter rácios maiores e execuções mais altas. O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que a avaliação objectiva que fez não continha incorrecções à luz das informações que foram transmitidas. Há uma coisa que por objectividade e por sinceridade tem de acompanhar o Senhor Presidente da Câmara Municipal. Admite que a avaliação que fez à luz dos números que são prestados não sejam exactamente aquilo que é investido nas respectivas actividades. Agora, que

a estrutura orgânica do orçamento e a sua avaliação é um elemento fundamental para avaliar políticas, é, e que a estrutura orgânica do orçamento tal como está demonstrado no relatório de gestão apresenta efectivamente estes valores percentuais, apresenta, e portanto há uma coisa que resolver, a acção social depende muito da despesa com o pessoal e é sabido que a mesma, analisando a estrutura por orgânica, não está contabilizada nos valores percentuais que falou. O elemento essencial de despesa nestas acções, que é a despesa com pessoal, está contabilizada noutra vertente da estrutura orgânica do orçamento e não está contabilizada nos valores percentuais referidos. A estrutura orgânica e a sua apresentação é o elemento essencial para avaliar politicamente as estratégias do Concelho. A dívida a terceiros devia ser esclarecida. Temos um quadro que mostra a sua evolução em dois mil e seis, situada entre os dois milhões e quinhentos mil euros e os três milhões de euros, mas depois no balanço temos uma verba de dívidas a terceiros a curto prazo de mais três milhões de euros. O Senhor Deputado José Oliveira disse que quando falou nas dívidas a terceiros a curto prazo, falou em fornecedores conta corrente que baixou cerca de duzentos mil euros, em fornecedores de factura que baixaram cerca de dezasseis mil euros, em fornecedores de imobilizado conta corrente que subiram cerca de sessenta mil euros, em Estado e outros entes públicos que baixaram dezassete mil euros e de outros credores que subiram duzentos e noventa e tal mil euros. Isto tudo é que dá uma diferença de cento e cinquenta mil euros que são dívidas a curto prazo. Não podemos olhar para um balanço e analisa-lo só pelo aumento das dívidas, temos que analisar a capacidade financeira, a capacidade de endividamento, a autonomia financeira e outras. Todos estes rácios são rácios que demonstram a nível de fornecedores, outros credores, banca, dos próprios Municípes, a situação estável e cada vez melhor do próprio Município. Se olharmos para o balanço verificamos que houve um aumento na parte do imobilizado. Um aumento da dívida de cento e cinquenta mil euros valorizou o Município em quatro milhões de euros. Existe um abaixamento de médio e longo prazo de cerca de duzentos e dezasseis mil euros. Se verificarmos a diferença entre o abaixamento da dívida do médio e longo prazo e o aumento do curto prazo há um abaixamento da totalidade da dívida e uma valorização do próprio património do Município em mais quatro milhões de euros. O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal disse que quem quiser fazer perguntas concretas e técnicas à Dr. Alexandra Almeida, poderá fazê-lo. O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que tem recebido com agrado todas as justificações que os técnicos têm dado. Estar a repetir e a pedir esclarecimentos pontuais é despropositado. O que o Grupo Municipal do PS pode fazer é antecipadamente disponibilizar à Câmara Municipal os pontos que constam da declaração de voto que vai apresentar e se eventualmente a Câmara

Municipal tiver através dos seus serviços condições para prestar esclarecimentos que afastem as reservas constantes da declaração de voto, o PS reserva-se o direito de a declaração de voto que apresentar, nos termos estatutários e nos termos regulamentares, poder não referir todas as situações que são referidas nessa declaração de voto. O Senhor Deputado José Oliveira perguntou dos quatro milhões setecentos e tal mil euros o que efectivamente são transferências e o que efectivamente são subsídios. A Senhora Dr. Alexandra Almeida disse que não têm subsídios na verdadeira acepção do conceito. Esta rubrica inclui as transferências do orçamento do Estado, as transferências no âmbito do terceiro quadro comunitário de apoio – Feder e dotação técnica e financeira. A orgânica é uma das situações mais importantes para análise das contas e nesse sentido a orgânica foi completamente alterada, como se pode ver no orçamento para dois mil e sete, para que se possa ter uma percepção muito mais realista de todo o investimento e de toda a situação económica da Autarquia. Como não houve mais intervenções, foram os Mapas de Prestação de Contas do ano de dois mil e seis da Câmara Municipal de Óbidos postos à votação, tendo sido aprovados por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade. O Grupo Municipal do PS apresentou a declaração de voto que a seguir se transcreve: “Declaração de voto – O Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Óbidos votou a favor os Mapas de Prestação de Contas da Câmara Municipal de Óbidos do ano de dois mil e seis, em sessão de trinta de Abril de dois mil e sete, não deixando, contudo, de declarar o seguinte: Um – Globalmente o Município de Óbidos continua a apresentar contas que, atendendo à situação de muitas autarquias do país se podem considerar sustentadas e equilibradas. O recurso ao crédito não tem sido usado como forma privilegiada de financiamento da autarquia e o volume de despesa com pessoal encontra-se dentro dos parâmetros considerados satisfatórios. Esta é a razão que, objectivamente, leva o Grupo Municipal do PS a votar a favor da Conta de dois mil e seis não sem referir que esta é a expressão de um Orçamento contra o qual votámos. Dois – Refira-se, no entanto, que o Município de Óbidos é capaz de gerar receita que permite esta gestão equilibrada. Três – Contudo, aspectos há nas Contas de dois mil e seis que merecem a apresentação de uma declaração de voto, que resulta do exercício normal dos direitos inerentes a uma oposição que se quer exigente e objectiva. Quatro – O Orçamento da Câmara Municipal de Óbidos, como vem sendo hábito, devendo ser uma previsão de receita e de despesa, acabou por se revelar, mais uma vez, um documento retalhado por sucessivas alterações e rectificações. Cinco – O Relatório de Gestão enfoca, uma vez mais, a receita, mas não reflecte o mesmo destaque ao aumento substancial da despesa, sendo que a despesa corrente mais que duplicou entre dois mil e um e dois mil e seis. Seis – De facto, tal é visível, por exemplo, nas

despesas com pessoal. Considerando as crescentes transferências de competências para as empresas municipais e para as freguesias, verifica-se em relação a dois mil e cinco um aumento com pessoal de mais duzentos e noventa mil euros. Sete – Analisada a Conta por orgânica constata-se que a despesa com as funções sociais da autarquia (Educação, Acção Social, Cultura) é apenas de onze por cento do total da despesa, o mesmo que se gasta em Turismo, Água e Luz e Informática e Telecomunicações. Oito – Analisando com maior detalhe as Contas verificam-se situações no mínimo criticáveis: a) Em Educação a CMO apenas executou cerca de dezasseis por cento da verba inicialmente orçamentada para gastar em construção de escolas e sua conservação e gastou apenas seis por cento do valor orçamentado para a Rede Municipal de Creches; b) Em Saúde a CMO apenas gastou quarenta e cinco por cento do inicialmente orçamentado e no desenvolvimento do Projecto “Saúde Melhor”, lançado em Janeiro de dois mil e cinco, dos vinte e dois mil e quinhentos euros orçamentados apenas se gastaram mil quatrocentos e setenta euros; c) No Projecto “Melhor Idade” dos cerca de oito mil euros inicialmente previstos, já de si muito pouco, como o PS referiu, apenas se gastaram mil trezentos e cinquenta e nove euros; d) Em Habitação Social, do valor orçamentado de meio milhão de euros não se gastou um euro sequer; e) No Ordenamento do Território, área que deveria ter sido transferida para a Óbidos Requalifica, dos dois milhões e oitocentos mil euros orçamentados apenas se gastaram trinta e dois por cento. Curiosamente em Requalificação Urbana gastou-se zero euros; f) Os Centros de Interpretação Ambiental, que tinham prevista a verba de dez mil euros, tiveram uma execução de zero por cento; g) No desporto e tempos livres as suas infraestruturas tiveram uma execução de despesa de apenas treze por cento; h) No desenvolvimento Rural, projectos essenciais ao Concelho, dos cento e cinquenta mil euros inscritos no orçamento não se gastou nem um euro; i) Curiosamente na Promoção Turística do Concelho, aqui a contenção não foi nenhuma, dos sessenta e cinco mil euros orçamentados gastou-se a quase totalidade dinheiro sendo esta, curiosamente, uma das supostas actividades da empresa municipal Óbidos Patrimonium; j) Dizer ainda que a verba que deveria ter sido entregue às freguesias, dos cento e noventa e dois mil euros previstos, apenas foi entregue cento e cinquenta e seis mil euros; k) Uma palavra final para o “Ensino Superior” onde dos vinte mil euros inicialmente orçamentados nada foi executado. Nove – Há reforços de despesa que não podem deixar de se considerar algo intrigantes já que incidem sobre rubricas que não estão suficientemente identificadas e que estão registadas como “Outras”. Dez – Mas há outros reforços de despesa igualmente intrigantes. Por exemplo a despesa com “Prémios e condecorações” tinha uma verba inicial prevista de vinte e sete mil euros que passaram para quase cem mil euros no final do ano. Os “Estudos e Pareceres” que tiveram

um reforço de mais duzentos mil euros, o mesmo reforço que teve a rubrica das Empresas Municipais. Onze – Registe-se, finalmente a evolução das dívidas a terceiros que não pára de crescer desde dois mil e um . O Grupo Municipal do Partido Socialista.”.-----

--- PONTO NÚMERO TRÊS – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DO ANO DE DOIS MIL E SEIS DA ÓBIDOS PATRIMONIUM EM: - Presente o

ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número dois mil quinhentos e oitenta e cinco, de dezassete de Abril do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, o Relatório de Gestão e Contas do ano de dois mil e seis da Óbidos Patrimonium EM. O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que há uma dúvida que tem a ver com o Relatório do Concelho de Administração quando diz que um dos factores mais positivos do exercício de dois mil e seis no caso da Óbidos Patrimonium, é o facto de ter sido possível cumprir e prestar todas as competências que na empresa foram delegadas pela Câmara Municipal. É uma dúvida, porque mais à frente, no referido relatório, refere-se expressamente que não foram levadas a cabo actividades como Domingos à Tarde, Amoreira e Expo-Lavoura. O relatório de gestão faz referência às lojas que estão sob responsabilidade da empresa e o resultado final das mesmas é negativo, menos oito mil e oitocentos euros, ou seja, entre a despesa e a receita arrecadada o valor apresenta um resultado negativo, sendo que em dois mil e cinco o valor tinha sido positivo. O relatório também refere que o peso do apoio do Município é cada vez menor. Em dois mil e cinco o contrato programa celebrado com a empresa foi de duzentos e setenta e dois mil euros, quando em dois mil e seis está registado um valor de contrato programa de quatrocentos e oitenta e quatro mil euros. Também se elogia no relatório de gestão que foram alcançados resultados que nunca tinham sido alcançados, mas a verdade é que os totais têm uma diferença negativa relativamente a dois mil e cinco de cerca de vinte mil euros. As receitas arrecadadas pela empresa duplicaram, sendo que no entanto os custos com o fornecimento de serviços e a contratualização de serviços externos têm um aumento de três vezes mais relativamente aos montantes de dois mil e cinco, sendo igualmente que os custos com o pessoal terão aumentado cerca de cinquenta por cento em relação ao ano transacto. O resultado líquido dos eventos, que são a expressão mais significativa da actividade da empresa dá um resultado final positivo de dois mil quatrocentos e quarenta e um euros, o que contrasta com os tais quatrocentos e oitenta e quatro mil euros do contrato programa que a Câmara Municipal aplicou na gestão de dois mil e seis da empresa. O Senhor Deputado José Oliveira disse que a Óbidos Patrimonium em conjunto com a Câmara Municipal seguem o mesmo caminho, ou seja, tendo a empresa tão pouco tempo e recente, continua a criar autonomia financeira, continua a criar movimento, continua a

aumentar o seu volume de negócios. Não pode esquecer que o volume de negócios em dois mil e cinco foi de novecentos e catorze mil euros e passou para dois milhões e quinze mil euros, mais do que duplicou. Com o aumento das receitas não há forma de tapar o aumento das despesas. Verifica que o que se passa na empresa é uma pequena redução dos resultados finais. Chamou à atenção para o que se está a passar nas lojas, visto que houve uma redução significativa. Os agradecimentos do relatório de gestão devem ser extensivos a todos. O Senhor Presidente da Câmara disse que em dois mil e seis a empresa gerou mais de dois milhões de euros. Recebeu do Município quatrocentos e oitenta e quatro mil euros, ou seja, recebeu apenas vinte e quatro por cento daquilo que conseguiu arrecadar. Significa que em dois euros e meio recebidos da Câmara a empresa conseguiu arranjar dez, quatro vezes mais. Não há nenhum empréstimo, não há nenhuma situação com que possamos atacar a empresa. Quantas empresas municipais existem em Portugal que têm apenas vinte e quatro por cento de contratos programa da sua Câmara Municipal? Quantas empresas municipais existem em Portugal que consigam com apoio de vinte e quatro por cento gerar cem? Quantas empresas municipais existem com uma situação financeira desta natureza sem qualquer recurso ao crédito e sem qualquer dificuldade de outra natureza? Desafia todos a apresentarem, das centenas de empresas que existem em Portugal, cinco melhores. Uma empresa que tem pouco tempo de vida, que não é preocupante do ponto de vista de gestão financeira e que atinge, do ponto de vista político, os resultados a que se comprometeu. E não é só nos eventos, os eventos significam apenas metade daquilo que ela faz, é na área da formação, do trabalho que está a ser desenvolvido a esse nível e que vai estruturar toda a qualificação profissional dos estabelecimentos de restauração e bebidas, num compromisso já assumido entre empresários locais e a própria Autarquia através da empresa, é ao nível do desporto, é ao nível de outras competências que a Câmara Municipal soube transferir e que a empresa soube gerir. Não há dinheiro do Município a ser colocado numa empresa que gere mal e que cria problemas. Os principais eventos já não recebem contratos programa da Câmara Municipal e estamos a falar de eventos que conseguem gerar um rendimento e um rentabilidade para as contas da empresa e para as contas da economia local. Só o Óbidos Vila Natal gerou mais de cinco milhões de euros no pequeno comércio local. È muito a pensar nos pequenos empresários que estão a ter esta política de animação do centro histórico. Só tem pena que tenha saído uma legislação que não ajuda. Acha que são um exemplo daquilo que o Governo quis atacar. Criou constrangimentos à utilização pelo lado correcto, pelo lado positivo do que pode ser uma empresa municipal. Colocaram Óbidos com prestígio em todo o lado, sobretudo pela dinâmica cultural que a Vila tem. Fizeram tudo para que todas as mais valias não fossem direitinhas para os

cofres do Governo Central. Com lucros baixos significa que o dinheiro fica cá. É assim que estão a fazer cada vez melhores Semanas Santas, Festivais do Cravo, Festivais de Ópera e do ponto de vista da música e da dança, apoio às colectividades. A cada semestre que passa nasce uma nova formação cultural no Concelho, danças medievais, música barroca, grupos de teatro e ranchos folclóricos. Quem fala sobre as empresas devia em primeiro lugar apresentar empresas municipais para espiarmos ou seguirmos o seu exemplo. Enquanto isso não acontecer não há condições para apontar o dedo a uma empresa sabendo que esta empresa não tem, a nível nacional, muitas situações idênticas. Era fundamental apresentar as contas para dizer que fizeram eventos, mais de duzentos durante o ano, criaram emprego, meteram dinheiro na conta dos comerciantes e fizeram a revitalização da economia. O Festival de Ópera, como tem sido único no País, vai passar a partir deste ano a ter o mesmo modelo de realização na Capital do País, na Figueira da Foz e em mais alguns locais, ou seja, estamos a exportar um conhecimento. Vão fazer com que os promotores, os apoiantes, que têm apostado nas grandes cidades comecem a apostar numa Vila da nossa dimensão. É muito bom ter dois milhões de euros de execução, nos dois anos e meio de funcionamento da empresa, com apenas vinte e quatro por cento de contratos programa para fazer uma série de coisas que não são lucrativas, como o desporto, a formação, etc.. No que diz respeito aos eventos é uma enorme bandeira que lançaram em termos estratégicos e um modelo no desenvolvimento do Concelho de Óbidos. O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que estão a avaliar as contas, baixa os resultados relativamente ao ano anterior, e que apresenta em relação às suas duas valências mais relevantes em termos de contabilidade, em termos financeiros, eventos e lojas, um resultado negativo e o Grupo Municipal do PS fará a sua avaliação e depois irá votar de acordo com a mesma. Folga em que o Senhor Presidente da Câmara Municipal elogie tanto e faça essa conta tão directa, na qual a empresa consegue reproduzir os poucos euros que a Câmara Municipal coloca à sua disposição. Isto era partindo do pressuposto que a gestão dos parques de estacionamento, por exemplo, era feita pela Câmara Municipal. Esses parques foram colocados ao dispor da Óbidos Patrimonium. A receita, se a empresa não existisse, era receita da Câmara Municipal. Aquilo que a Câmara Municipal entrega à empresa para gerir tem uma componente de receita potencial que não se esgota nos quatrocentos e oitenta e quatro mil euros do contrato programa. Há todo um manancial de elementos que são colocados ao dispor da empresa que geram receita, mas que tanto geram receita para a empresa, como gerariam receita para a Câmara Municipal se fosse ela a gerir essas infraestruturas. É um excesso de optimismo dizer que a Óbidos Patrimonium conseguiu arranjar dois milhões de euros de receita com a entrega de quatrocentos e oitenta e quatro mil euros ao nível de contrato programa. Não foi entregue só isso.

Foi entregue a receita das bilheteiras dos vários eventos que organiza, nalguns dos quais havendo aumentos substanciais relativamente aos inicialmente praticados. Há todo um manancial de potencial receita que é colocada à disposição da empresa que não pode ser escamoteada. Se há receita, tem de haver despesa. Acha curioso que se esteja permanentemente a elogiar a arrecadação de dois milhões de euros de receita, mas que se escamoteie que houve igualmente o gasto, a despesa realizada que foi exactamente de dois milhões de euros. No caso dos eventos e das lojas, salvaguardando o parque de estacionamento que admite tenha uma componente de lucro interessante, a verdade é que acha piada que se fale em dois milhões de euros de receita da empresa, mas não se fale dos correspondentes dois milhões de euros de despesa. O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que o Senhor Deputado não respondeu ao desafio que lançou que era apresentar uma empresa melhor que esta, mas terá tempo e acesso a dados com relativa facilidade. Estão aqui para gerar dois milhões de euros e para fazer dois milhões de euros de despesa a favor do Município. Não estão aqui para gerar dois milhões de euros de receita e depois ficar com um milhão de poupança e serem cobrados, não se sabe quanto, de IRC. O que o Senhor Deputado está a dizer à Assembleia Municipal e ao Concelho é esse modelo de gestão, é bom que fique clarificado, porque não estão aqui para pagar impostos ao Governo Central, estão aqui para terem uma política de concretização de serviços às pessoas, de qualificação das áreas onde estão a intervir. É para isso que esta empresa foi criada. Não estão aqui para ter lucros, como o Senhor Deputado está a dizer. Fizeram tudo para ter o menor lucro possível. Não é essa a característica da empresa. Se fosse ao contrário o Senhor Deputado apontava o dedo e dizia que não investiam dinheiro na população e estavam a canaliza-lo para Lisboa, através do pagamento de IRC e outros impostos. Bem apertado foi o final do ano para evitar que isso acontecesse. Arranje um caso em que uma empresa municipal, faça o que fizer, só tenha vinte e quatro por cento de contratos programa. As piscinas não são da empresa, são da Câmara Municipal e quem as construiu foi a Autarquia, o parque de estacionamento a mesma coisa. Estamos a falar é na gestão disso e portanto sempre que põe dois euros e meio consegue no final ter dez. Como não houve mais intervenções, foi o Relatório de Gestão e Contas do ano de dois mil e seis da Óbidos Patrimonium, EM posto à votação, tendo sido aprovado por maioria, com dezasseis votos a favor e quatro votos contra. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PUNTO NÚMERO QUATRO – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DO ANO DE DOIS MIL E SEIS DA ÓBIDOS REQUALIFICA EM: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número dois mil quinhentos e oitenta e sete, de dezassete de Abril do corrente ano, remetendo para

apreciação e eventual aprovação, o Relatório de Gestão e Contas do ano de dois mil e seis da Óbidos Requalifica EM. O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que são conhecidas as reservas que o Grupo Municipal do PS tem colocado à existência e funcionamento da Óbidos Requalifica. Quem leia o relatório do seu Conselho de Administração, consegue constatar que são muitos os projectos que estão em desenvolvimento, apesar de numa fase bastante embrionária, que obviamente tem a ver com o facto da empresa ser recente, mas a leitura que se faz do relatório de gestão, fala muito em projectos e até agora não se tem assistido a grande concretização. Algumas das reservas que tem colocado e elas resultam aparentemente claras no relatório de gestão apontam para a contratualização de um conjunto de projectos e de serviços sem que esteja obrigada ao respeito pela legislação em matéria de concursos públicos. Aliás, já uma vez tinha sido aqui referido pela Câmara Municipal e pelo Administrador da empresa que a contratualização se fazia sem recurso a concursos públicos. O relatório de gestão refere uma situação financeira consolidada. A Óbidos Requalifica sem querer diminuir alguns objectivos e das funções que terá, algumas com grandes expectativas, designadamente nas responsabilidades que lhe são transferidas no âmbito das energias alternativas, se bem que até ai não se constata que durante o ano de dois mil e seis tenham desenvolvido grandes projectos, uma vez que a referência no relatório de gestão é meramente residual. A verdade é que a Óbidos Requalifica se apresenta como uma empresa verdadeiramente imobiliária de colocação no mercado de imóveis pertença do Município. O resultado líquido da empresa aponta para uns míseros cento e vinte cinco euros, aplicando-se aqui a mesma lógica que foi desenvolvida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, usando uma expressão que era mais habitual ouvir num dirigente social democrata do outro lado do atlântico, em que o dinheiro dos impostos são canalizados para Lisboa, como se Lisboa e os Lisboetas fossem umas entidades responsáveis por se abastecerem com a arrecadação de impostos a nível nacional. O relatório de gestão da Óbidos Requalifica parece melhor apresentado do que o da outra empresa municipal. Existem alguns elementos um tanto ou quanto imprecisos. Faz-se referência, no relatório de gestão que o Gabinete de Apoio ao Empresário apoiou diversas empresas a instalarem-se no Concelho, mas teria sido mais útil fazer referência a quantas empresas por iniciativa da Óbidos Requalifica foram levadas a instalar-se no Concelho e quais foram essas empresas. É para isso que serve um relatório de gestão, não é para ficar no ar que foram apoiadas diversas entidades. Faz-se referência à FiniciaÓbidos e que este programa devia estar já a funcionar desde o primeiro trimestre do ano de dois mil e sete. Também aqui não se concretiza plenamente até onde neste momento já vai a aplicação deste programa de apoio às micro e médias empresas e se já foram apoiadas

algumas e quais. Faz-se alguma avaliação do suposto parque tecnológico em que demonstra que houve interesse em reunir com uma série de entidades e potenciais interessados, inclusivamente com o coordenador do Plano Tecnológico. Não tem muitos elementos para funcionar ao nível das questões estritamente financeiras. Não tem dúvidas que servindo a empresa essencialmente para aquilo que tem servido que os resultados financeiros sejam resultados para muitos satisfatórios. Dois mil e seis fica como o ano zero da Óbidos Requalifica e verá se nos próximos anos estará em condições de fazer uma avaliação mais adequada relativamente à questão das contas. Relativamente às questões da actividade pensa que se mantêm e é uma das interrogações sobre o desenvolvimento da actividade da empresa. O Senhor Deputado José Oliveira disse que o relatório de contas deve agradecer a outras entidades e não só aos colaboradores e às pessoas que fazem parte da empresa. Disse que as empresas municipais não valem só pelo seu movimento e pela riqueza que geram, mas valem também pelas mais valias que trazem aos Municípios, a outras instituições e outras empresas que possam vir para o Concelho. Os cinco milhões de euros gerados em outros empresários, como o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse, vão dar origem a lucros que por sua vez dará origem a derrama que é receita do Município. Em relação à Óbidos Requalifica disse que é recente e que não se pode fazer qualquer comparação porque não há espelho do ano de dois mil e cinco. Considera que a empresa vai no mesmo sentido da Óbidos Patrimonium, ou seja, no bom caminho, para que também aqui exista um acréscimo de empresas no nosso Concelho. Acréscimo de situações que possam desenvolver o Concelho não só a nível de IMT e derrama e outro tipo de impostos que possam valorizar e fazer crescer este Concelho a nível de receitas para que depois se possa fazer outras coisas bastante úteis para o nosso desenvolvimento. Já temos uma boa imagem a nível externo. Regozija-se por todos aqueles que a nível interno votaram, continuam a votar e a aplaudir o trabalho feito pela Câmara Municipal, mas também por aqueles que querem vir a ter a sua aprendizagem ao nosso Concelho e tirar daqui o desenvolvimento para os seus Concelhos. O Senhor Deputado João Lourenço, em relação à requalificação do Largo de São Marcos em Gaeiras, perguntou se a elaboração do caderno de encargos não é um acto de administração que cabe à Óbidos Requalifica e não à Câmara Municipal, bem como todos os outros. Alertou para o facto da empresa estar constantemente a elaborar contratos com várias empresas pelo que é preciso ter cuidado. O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que a requalificação do Largo de São Marcos é para ser desenvolvida pelo Município de Óbidos e a preparação de todos os projectos conducentes à sua realização é para serem desenvolvidos pela Óbidos Requalifica. A candidatura a fundos comunitários será o Município a fazê-la. Respeitam todos os procedimentos

quando é feito um contrato com uma empresa. A aquisição do terreno do parque tecnológico vai ser feita pela empresa, que vai desenvolver todo o modelo. Aqui estamos a falar de equipamentos que são geridos pela Câmara Municipal e cujo papel da empresa é apenas preparar até ao momento do início da sua construção. A requalificação urbana de Óbidos é a mesma coisa. Há áreas que são perfeitamente distintas, em que é a Câmara Municipal que faz essas aquisições, e há outras, se houver interesse, que são desenvolvidas pela empresa. Gosta muito da Cidade de Lisboa e não tem nada contra ela, tem é contra os burocratas, é aí que está o monstro. Existe um excesso de zelo, olham para tudo, têm que ter um número, um anexo, uma legislação. Este País está a ser destruído pelos burocratas e quando dizemos os burocratas de Lisboa é que esses burocratas são exactamente a razão de ser que levou o Senhor Primeiro Ministro a declarar guerra a esses burocratas, que estão em diversas entidades. É adepto de luta contra qualquer forma de burocracia que entorpeça o desenvolvimento do País. É contra uma burocracia que faz com que um plano de pormenor demore quatro ou cinco anos a ser aprovado. É contra a burocracia que está em Lisboa que dá cabo de qualquer análise de processo de projecto de desenvolvimento. No dia em que apanharmos os conformadinhos que dizem politicamente correcto, esses não estão a servir a causa do desenvolvimento nacional. Aqui o Senhor Secretário de Estado do Ordenamento do Território está a fazer um papel extremamente importante para a economia portuguesa. Teve medo que mais um Secretário de Estado não conseguisse fazer passar ao nível do Governo aquilo que pode passar para além da sustentação técnica e académica e pode consagrar em maus procedimentos no ordenamento do território em Portugal. Não fiquem escandalizados quando alguém fala em Lisboa. Lisboa significa apenas esta ideia de centralismo excessivo e de luta contra a descentralização. Quando fala em não transferir verbas para Lisboa, acha que toda a gente entendeu. Poderia ter dito para o Governo Central, é a mesma coisa. Houve um cuidado com os resultados, para não se cair numa situação de lucro excessivo nas contas anteriores, como agora não quis valorizar as cerca de vinte páginas de introdução com que a empresa municipal quis brindar os Senhores Deputados, dando-lhe a informação mais exaustiva possível. O que está no relatório são explicações sobre a requalificação do Largo de São Marcos, o projecto de requalificação urbana de Óbidos, os edifícios em A dos Negros, o plano de pormenor da Cova do Bufo, o loteamento de Santa Rufina, a comercialização da segunda fase da zona industrial da Ponte Seca, os projectos próprios, parcerias públicas ou privadas, Gabinete de Apoio ao Empreendedor, FiniciaÓbidos, Parque Tecnológico, Óbidos Terra Digital, nova zona industrial de Gaeiras. Se chama desenvolvimento de trabalho através de uma equipa que tem três pessoas, uma administrativa, um gestor e um administrador, no ano zero, e

que executa o que executou, imagina o que o Senhor Deputado Luís Carvalho, que é um verdadeiro burocrata de Lisboa, era capaz de fazer no dia em que fosse convidado para gerir uma empresa municipal em qualquer Concelho. Gostava de saber o que o Senhor Deputado fazia no ano zero. A Óbidos Requalifica abriu uma frente de projectos que são importantíssimos e que são os que fez referência, importantes para a requalificação urbana das freguesias, para a criação de novos equipamentos, para a preparação das candidaturas ao QREN e no avanço de determinadas parcerias. Muitos destes projectos são plurianuais e com uma gestão programada. O Senhor Deputado Albino Sousa disse que ainda está recordado das afirmações que o Grupo Municipal do PS fez quando a Câmara Municipal quis criar a segunda empresa municipal. Afinal o Grupo Municipal do PSD estava certo quando apoiaram o Executivo na criação das empresas. Depois de terem ouvido todos os técnicos e todas as explicações, analisando as empresas e a sua capacidade de gestão, convida o Grupo Municipal do PS a associar-se aos votos de congratulação e louvor pela dinâmica e resultados que as empresas apresentaram em dois mil e seis. É com grande honra que o Grupo Municipal do PSD analisou os relatórios de gestão. O Senhor Deputado João Lourenço disse que era uma incoerência da parte do Grupo Municipal do PS associar-se a tais votos. Quem teve a maior reserva sobre empresas municipais foi o legislador, atacado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, que fez uma Lei mais rigorosa. Não tem nada de mal, é até muito saudável, que haja diferenças de opinião e de votações. O que admira mais, e é o maior elogio que lhes podem fazer, é quatro cidadãos que pensam por uma cabeça diferente do PSD, não têm nada de mal, não há necessidade de unanimidade, é pernicioso. Não é bom que a Assembleia vote unida, o que é saudável é a divergência de opiniões, isso é que é democracia. O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que quando por vezes o Grupo Municipal do PS entende fazer avaliações que são consideradas como intempestivas, como injustas e por vezes são censuradas pelo grau de injustiça que representam para a Câmara Municipal é porque há um processo de animação na Assembleia Municipal. Quando o Grupo Municipal do PS entende fazer um esforço e atendendo às matérias que estão na base da sua avaliação é um tanto ou quanto mais moderado vem a bancada do PSD dizer que a Assembleia Municipal está pouco animada. Como não houve mais intervenções, foi o Relatório de Gestão e Contas do ano de dois mil e seis da Óbidos Requalifica EM posto à votação, tendo sido aprovado por maioria, com dezasseis votos a favor e quatro abstenções. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PUNTO NÚMERO CINCO – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE TARIFÁRIO DE RSU PARA DOIS MIL E SETE: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número dois mil cento e setenta e dois, de vinte sete de Março do corrente ano,

remetendo para apreciação e eventual aprovação, a proposta de Tarifário de RSU para dois mil e sete. Como não houve intervenções, foi a proposta de Tarifário de RSU posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PONTO NÚMERO SEIS – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO PROGRAMA FÉRIAS ACTIVAS DOIS MIL E SETE: - Presente o ofício da Câmara

Municipal de Óbidos, número dois mil cento e sessenta e sete, de vinte sete de Março do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a proposta de Alteração do Programa Férias Activas dois mil e sete. A Senhora Deputada Anabela Corado disse que é um bom projecto, é útil, vai colmatar uma lacuna muito grande, que é a ocupação dos jovens durante as férias. Sugeriu que esta actividade fosse publicitada junto das Escolas, através da Comunicação Social e Juntas de Freguesia. Não consta no regulamento as datas das candidaturas, Deve haver um especial cuidado na selecção dos gestores dos projectos, porque se trata de pessoas com uma dinâmica muito especifica, própria para lidar com os jovens e com as actividades que vão ser realizadas, sob pena de haver fracasso da actividade. Perguntou qual seria a entidade na Câmara Municipal que iria dar execução ao projecto, e se os gestores de cada projecto já estavam escolhidos, ou vai ser necessário a contratação de novas pessoas. Chamou a atenção para a última cláusula do regulamento, a qual devia indicar a legislação análoga para resolver as questões omissas. O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que o projecto já funciona à quatro anos. A única coisa que estão a fazer é uma pequena alteração ao regulamento. O projecto é constituído pelas escolas. A Câmara Municipal informa do início das actividades e dez dias úteis antes do início dessas actividades fazem reuniões com todos. É um programa entre as várias iniciativas que existem de outras organizações de ocupação de tempos livres e que acharam que ainda podiam reforçar, utilizando várias actividades, vários projectos que são desenvolvidos durante o verão pelo Município, tais como: Espaço Internet, Vigilância Florestal, Praias, Feira Medieval, Feira do Livro. Existe uma série de áreas que os jovens escolhem, são seleccionados e vão trabalhar durante determinado período. Ocupam os seus tempos livres e são remunerados por isso com uma bolsa. É a mesma filosofia da velha ocupação dos tempos livres. Tem uma gestora principal, é coordenado pelas técnicas do CIS – Centro de Intervenção Social e são as técnicas superiores da Câmara Municipal as responsáveis. O Senhor Deputado João Lourenço disse que ficou chocado com o critério de selecção, o qual obedece a alguns requisitos, que já devem ou deviam estar definidos em anterior regulamento. Acha a sua definição um ponto essencial e deviam constar do regulamento, se não remetesse para o anterior. O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que não vai explicar uma coisa que

o transcende. O regulamento já foi aprovado nos anos anteriores. Descobriram ao fim deste tempo todas as incorrecções e se entendem que o regulamento não está bem elaborado e pode ser aperfeiçoado, façam uma proposta de alteração. Como não houve mais intervenções, foi a proposta de Alteração do Programa Férias Activas dois mil e sete posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com dezanove votos a favor e uma abstenção. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PUNTO NÚMERO SETE – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA SEXTA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DO REGIME JURIDICO DA URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número dois mil e sessenta e cinco, de vinte e dois de Março do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a proposta Sexta Alteração ao Regulamento Municipal do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação. Como não houve intervenções, foi a proposta Sexta Alteração do Regulamento Municipal do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PUNTO NÚMERO OITO – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA E TRANSPORTE DE RSU NO CONCELHO DE ÓBIDOS: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número dois mil quinhentos e oitenta e nove, de dezassete de Abril do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a proposta de Concurso Pública Internacional – Prestação de Serviços de Recolha e Transporte de RSU no Concelho de Óbidos. O Senhor Deputado João Lourenço disse que no artigo dezoito podiam pôr o prazo de cinco ou dez dias para a entidade competente escolher o adjudicatário. O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que estava previsto nas formalidades legais. Como não houve mais intervenções, foi a proposta de Concurso Público Internacional – Prestação de Serviços de Recolha e Transporte de RSU no Concelho de Óbidos, posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PUNTO NÚMERO NOVE – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICIPIO DE ÓBIDOS E A ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES DE MAÇÃ DE ALCOBAÇA: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número dois mil oitocentos e cinquenta e sete, de trinta de Abril do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, o Protocolo de Cooperação entre o Município de Óbidos e a Associação de Produtores de Maçã de Alcobaça. O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que fazem este protocolo com uma Associação que já está creditada na Região

que é a Associação de Produtores de Maçã de Alcobaça e essa Associação não é uma Associação exclusivamente de produtores do Concelho de Alcobaça. A designação Maçã de Alcobaça é que é uma designação que se aplica a uma área geográfica que abrange vários Concelhos, incluindo o Concelho de Óbidos. Muitos dos produtores de maçã do Concelho de Óbidos são associados daquela Associação. Este protocolo visa adquirir preferencialmente aos produtores do Concelho de Óbidos, sempre que seja possível, a maçã, ou então na própria região. Basicamente estão a falar de fornecer a fruta, com base numa alimentação saudável, no âmbito de várias acções, quer no programa saúde melhor, quer no programa crescer melhor, a cerca de trinta e oito turmas do Concelho. Treze do ensino pré-escolar e vinte cinco do primeiro ciclo. Estes vão ser os destinatários. Do ponto de vista de investimento, envolve dois mil oitocentos e sessenta e cinco euros na aquisição de maçãs, mas a Associação compromete-se a gastar dois mil e oitocentos euros, praticamente a mesma verba, na realização de acções de sensibilização. Pretendem, através de uma acção inovadora criar uma boa prática de comer fruta, de comer maçã. O Senhor Deputado Luís Carvalho louvou a Câmara Municipal por esta iniciativa. É uma iniciativa relativamente à qual o Grupo Municipal do PS não tem qualquer tipo de pejo em elogiar. Tem sido muitas vezes invocado que o Concelho de Óbidos começa a seu um exemplo e a ter capacidade de exportação de iniciativas que são criadas no âmbito do Concelho e que estão a ser aproveitadas como boas práticas para outros Concelhos. Neste caso, não é uma situação propriamente original, nem a nível nacional, nem a nível internacional. O Governo Britânico tem uma iniciativa destas a nível nacional, em que procura o despiste de doenças do século vinte e um que podem ter consequências muito nefastas, quer para a vida das pessoas, quer com consequências dramáticas ao nível dos encargos com a saúde a longo prazo. O Oeste desempenha através das suas empresas produtoras de fruta um papel importante. Uma empresa de Óbidos fornece ao Governo Britânico algumas das frutas que são aplicadas nesse programa nacional. Os burocratas de Lisboa então envolvidos numa estratégia de descentralização de competências, designadamente ao nível da área da saúde, onde as estratégias e programas de despistagem de doenças graves próprias das civilizações mais modernas, é uma das experiências que o Governo de Lisboa está a tentar transferir para os Municípios, entre outras competências na área da saúde. É um processo que está ainda a desenrolar-se, negocial, sempre complexo, com avanços e recuos. Trata-se de uma estratégia que não pretende impor competências, pretende transferir as competências que os Municípios estiverem desejosos de receber. Nem os Municípios são obrigados a receber competências que não querem, como também o Governo Central não irá certamente transferir competências que entende que não deve transferir. É ao nível da área da saúde e dos

programas de prevenção a longo prazo, de doenças como a obesidade e diabetes, que estão a tentar fazer um acordo relativamente à descentralização e passar essas competências do Ministério da Saúde para as estratégias Concelhias e Municipais. O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que o Governo está a tentar passar essas estratégias para os Municípios por incapacidade e incompetência da Administração Central. Aquilo que está a ser feito só é transferido quando há reconhecimento que a Administração Central não consegue fazer. Temos o exemplo do programa saúde melhor, onde investiram quase cem mil euros e andam a pedir por favor para que o Ministério da Saúde cumpra o seu protocolo que é pôr uma enfermeira ou enfermeiro numa unidade móvel de saúde. Fizeram o grosso do investimento, mas a competência da saúde não é do Município e não estão à espera que o Governo ande a negociar. Já têm à dois anos este veículo a fazer despiste, a fazer diagnósticos e a fazer intervenções numa saúde de proximidade. Acreditam nisso, o problema é os burocratas de Lisboa, que passam a vida a negociar, a falar, e nem sequer, ao nível dos recursos humanos, conseguem arranjar um enfermeiro, para dar algum apoio. Ou então seguem práticas, como acontece na País inteiro, em que fazem contratação por três meses, mais três meses, o que é do ponto de vista social, uma coisa francamente exemplar. Estão prestes a ter de adquirir também os serviços de um enfermeiro. A saúde oral é uma coisa que os leva a considerar a possibilidade de criação de consultórios dentro das novas escolas que estão a fazer, para atacar o problema que a saúde pública não consegue atacar. À anos que já tiveram algumas acções idênticas junto das escolas e desde dois mil e três andam a dizer que o Ministério da Educação deveria implementar o mesmo programa que os Ingleses, que são fornecidos por Portugueses e até da Região de Óbidos. É pena que os nossos Ministérios de Educação, da Saúde e da Agricultura não criem em conjunto possibilidade de pôr a jovem população Portuguesa a valorizar os produtos tradicionais ou nacionais, e que possam acima de tudo terem boas práticas a nível alimentar. Como não houve mais intervenções, foi o protocolo de Cooperação entre o Município de Óbidos e a Associação de Produtores de Maçã de Alcobaça, posto à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.----

--- PUNTO NÚMERO DEZ – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICIPIO, DE ACORDO COM A ALÍNEA E) DO NÚMERO UM DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI NÚMERO CENTO E SESENTA E NOVE, BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI NÚMERO CINCO A) BARRA, DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO: - O Senhor Deputado João Lourenço disse que agradece a informação que foi dada sobre os processos judiciais, bem como o seu

envio com alguma antecedência. Sem prejuízo que na próxima Assembleia Municipal peça esclarecimentos sobre os processos apresentados, acha que com estas informações ficam todos mais tranquilos. Tal como tinha dito, agora já não será fácil dizer-se que há processos assim ou assado, porque os que existem estão na informação. Da análise que fez pensa que não há nada do outro mundo, tudo o que está na informação é relativamente normal e até haverá um ou outro cidadão, uma ou outra entidade que anda a demandar a Câmara Municipal em situação até talvez persecutória. Quanto ao ponto propriamente dito, disse que não consegue perceber porque é que este ponto da ordem de trabalhos, esta informação, só é distribuída no momento em que é apresentada. Acha estranho, porque as informações já deviam ir com a ordem de trabalhos e respectiva documentação e se não fosse nessa altura, ao menos que no principio da sessão fosse entregue. O reparo é que este ponto da ordem de trabalhos está em cima da mesa e só é distribuído no momento em que é para ser visto pelos Senhores Deputados, o que torna mais difícil qualquer análise. Pediu aos Senhores Deputados para rerelem o artigo dezasseis do regimento da Assembleia Municipal para verificarem que não houve qualquer exagero da sua parte quando pediu a relação na outra sessão. O que pediu não é nada de extraordinário porque o próprio artigo dezasseis discrimina uma quantidade de informações que devem ser feitas. Reconhece que é maçador de se fazer, bem como o legislador. Esta informação deverá continuar a ser dada nos termos do artigo dezasseis e pede o favor de ser apresentada com maior antecedência. Como não houve mais intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-----

--- PUNTO NÚMERO ONZE – PERÍODO FORA DA ORDEM DO DIA:

- Foi dada a palavra aos Municípes presentes. O Município Senhor Custódio Sousa, residente em Óbidos entregou à Assembleia Municipal um abaixo-assinado sobre a resolução do problema causado pelo encerramento da passagem de nível de São Cristóvão. O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal disse que iria enviar o documento à Câmara Municipal, porque só ela pode resolver a situação. O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que não percebe porque é que a Comissão Concelhia de Óbidos do Partido Comunista Português nunca colocou a questão à Câmara Municipal. A Câmara Municipal recebe pessoas, organizações e teriam todo o gosto, se houvesse alguma preocupação ou pressa em relação a este assunto, em dar as informações todas. A Refer decidiu fazer o encerramento de uma passagem de nível em São Cristóvão, sem ter dado informação à Câmara Municipal. Esta passagem de nível é no Município de Caldas da Rainha, mas por penalizar muita população de Óbidos que se servia por aquela passagem, deslocou-se ao local, e conseguiu durante aquela semana, em Lisboa, que a Refer aceitasse fazer um investimento para compensar a população. Se não podia ter aquela

passagem aberta, teria que fazer outra num outro local e suportar os custos da mesma. A partir daí trouxeram uma proposta de protocolo, que foi à Câmara Municipal, foi assinado pela Câmara Municipal e pela Refer depois de aprovado, e esse protocolo tem inclusivamente datas e prazos para a criação de duas passagens de nível. Uma na altura não se sabia, porque tinha que ser estudada por técnicos da Refer, qual seria o melhor local para a sua construção e outra que seria também a substituição da passagem de nível junto à Vila de Óbidos, desaparecendo todas as passagens de nível e havendo duas passagens superiores que garantiriam a mobilidade das pessoas. O problema é que a Refer não tem cumprido o protocolo. A Câmara Municipal tem uma pessoa que não faz outra coisa nos últimos meses, se não, dia sim, dia não, telefonar, enviar faxes, entrar em contacto. Os projectos eram para ter sido entregues no Verão. Depois os projectos foram entregues, mas só o projecto base. Entretanto chegou-se ao final do ano passado e não tinham ainda o projecto de execução. Como havia que fazer articulações com o IEP, aprovaram rapidamente a solução que eles propuseram para efectivamente se poder avançar com as coisas. O projecto de execução devia ter sido entregue na Câmara Municipal até Janeiro deste ano, para estarem a começar a obra e ainda não chegou e a promessa que têm é que ele estará pronto em Junho. Isto foi transmitido pela Refer. Se quiserem enviar o abaixo-assinado para aquela entidade, a Câmara Municipal só agradece e até poderia ter sido feito um abaixo-assinado conjunto. A Refer está a violar um protocolo que assinou com a Câmara Municipal. Quem é o dono da obra é a Câmara Municipal, vai lançar as obras, precisa dos projectos prontos e cadernos de encargos para lançar os concursos públicos. A zona da passagem aérea é custeada cem por cento pela Refer e as ligações entre a rede Municipal e Nacional que existem é feita a cinquenta por cento, ou seja divididos a meio os custos entre o Município e a Refer. Se em relação à zona do Casal da Toiça a solução ficou definidíssima, em relação à zona junto à Vila de Óbidos existe um problema. A Refer têm que gastar dois milhões de euros, porque tem que fazer uma passagem superior toda em viaduto com duzentos metros. Tem que passar por cima do caminho de ferro e por cima do rio, porque está muito próximo e tecnicamente não dá para fazer de outra forma. Ainda não existe consenso, mas a Refer já foi avisada pela Câmara Municipal para não desistirem apesar dos custos serem muito elevados. O que vai acontecer é que provavelmente o Município vai ter que entrar com maior participação. Esta seria sempre a posterior. A primeira, estão á espera dos projectos de execução para abrir o concurso, é a zona para servir o Casal da Toiça, Bairro da Senhora da Luz e toda aquela área. Essa é a prioridade da Câmara Municipal, têm vindo a insistir há muito tempo e esperam que desta vez cumpram esta programação. Em Março, início de Abril, houve uma reunião na Câmara Municipal em que pediram imensa

desculpa, mas tiveram imensos problemas e que desta vez vão efectivamente cumprir o que combinaram com o Município. As coisas só não estão a acontecer porque a Refer não está a cumprir. A Câmara Municipal está a fazer o que pode para resolver a situação e se quiserem ajudar a fazer pressão, a ajuda é muito bem vinda. O Munícipe Senhor Custódio Sousa perguntou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal se continuava ao lado da Comissão de Utentes da Passagem de Nível e ao lado dos utentes, como esteve da outra vez, se esta tiver que tomar medidas mais drásticas. O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que tem que defender o relacionamento entre as Instituições. Não gostaram desde a primeira hora de tudo o que a Refer fez em relação a este processo. Por isso se manifestaram e estiveram ao lado da população. Estão aqui para servir a população e mesmo com constrangimentos financeiros a Refer não veio dizer que não ia fazer o projecto. Se viesse fazer isso iam os dois organizar medidas mais drásticas. Mas a Refer veio dizer é que precisava de mais dois meses para terminar os projectos e os entregar na Câmara Municipal. Se uma Instituição pede isto a outra é porque não se está a cortar ao compromisso que assinou com a Câmara Municipal. Disse que vai enviar à Refer cópia do abaixo-assinado que foi entregue na Assembleia Municipal. Se durante o mês de Julho os projectos não chegarem, têm de fazer alguma coisa mais drástica, mais forte. Como não houve mais intervenções dos Munícipes presentes, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-----  
--- Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, pelas uma horas do dia um de Maio do corrente ano. E eu, Floriano Rodrigues Almeida, Segundo Secretário desta Assembleia Municipal, lavrei esta acta que vou assinar.-----